



# Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1977.

ANO III

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 95.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1977 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quiêse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, requer após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de voto de congratulações à Igreja Batista Cajuru - Curitiba, pelo transcurso do 39.<sup>o</sup> aniversário de sua organização, comemorada festivamente no dia 28 transato.

A comunidade religiosa, dinamicamente liderada pelo Rev. Mauro Seraphin, seu atual Pastor, tem se destacado pela relevante contribuição à elevação espiritual, cultural, cívica e social do povo paranense.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Igreja referida.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o editorial "RETRATO DE CORPO INTEIRO", publicado na edição de domingo, 29.05.77, do jornal "O Estado de São Paulo", conforme fotocópia anexa.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do noticiário intitulado "HUMILDADE A SERVIÇO DA JUSTIÇA — Justa Ascensão", publicado na edição de hoje na Seção Gazeta na Justiça, do Jornal "GAZETA DO POVO", e que divulga a investidura do Meretíssimo Juiz de Direito, Doutor CLEMENTINO SCHIAVON PUPPI, no Egrégio Tribunal de Alçada de nosso Estado.

Tal noticiário comenta com grande acertiva, a personalidade marcante daquele ilustre magistrado, que durante vários anos vem dignificando as altas funções que vem exercendo nas diversas Comarcas de nosso Estado, entre elas a de Jandaia do Sul onde foi o primeiro Juiz, se destacando pela sua cultura, capacidade, honradez e humildade; homenageado naquela cidade emprestando seu nome a uma das principais vias públicas de Jandaia do Sul, razão pela qual solicitamos o seu registro nos Anais desta Casa.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer a V. Exa., ouvido o Plenário, seja feita a designação de um representante desta Casa para representá-la na instalação do Governo na cidade de Campo Mourão, que dar-se-á nesta semana.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 59/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica autorizado o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário do Estado, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação asfáltica da estrada Palmeira - São João do Triunfo - São Mateus do Sul.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1977.

(a) LINEU TURRA

#### JUSTIFICATIVA:

A rodovia em questão é uma antiga aspiração da região.

Além do que significa para os três municípios da sua base, é de salientar a sua importância como mais um dos corredores de exportação de toda a região sul e sudoeste do Estado.

Acresce também destacar a importância dos municípios a que o presente projeto visa contemplar com a rodovia em questão, sabidamente vem contribuindo com grande parcela de produção agrícola para economia do Estado, sem contar ainda no que diz respeito a erva-mate e madeira, sem no entanto, em contra partida receberem o retorno da sua participação num atendimento compensativo pelo Poder Público.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa). Aliás, a Presidência solicita escusas ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi que datilografado está o nome do eminente Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho,

em primeiro plano.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, concedo ao nobre Deputado falar na minha vez.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na última sexta-feira, esta Casa registrou no transcorrer dos trabalhos daquela sessão, o protesto de Deputados contra o esquecimento da Assembléia, em relação às festividades da inauguração da Refinaria da Petrobrás, em Araucária.

Sr. Presidente, data vênua o respeito que tributamos à vossa pessoa, principalmente pela maneira leal, como tem se conduzido na Presidência desta Casa, mas constato aqui, Sr. Presidente, uma dissintonia entre o que a Casa diz e o que o seu Presidente fala para a imprensa. Em jornal publicado na cidade vizinha de Araucária, tem uma mensagem, do Presidente desta Casa, cujo título é "Mensagem de Otimismo."

Não posso concordar, Sr. Presidente, que uma discrepância dessas aconteça. Não sei se estão errados os Deputados que criticaram o esquecimento, inclusive das Lideranças desta Casa, ou se está certo o Sr. Presidente, ao representar a Assembléia, dar os mais rasgados elogios àquela solenidade. Por isso, peço a V. Exa. que seja dado um esclarecimento à Casa, do que acontece. Porque não é possível que aqui, Deputados se levantem e protestem e a Presidência da Casa que talvez tenha sido convidada — e acredito que o foi — mas, que então a Casa tivesse prévio conhecimento, para que não passemos à opinião pública, como até um grupo de irresponsáveis em que um lado diz uma coisa e que o outro diz outra.

Acredito que por ser um órgão colegiado, assim mesmo, em sua representação, a Assembléia tem que ter uma só posição. Afinal de contas representamos um só Poder.

Mas, Sr. Presidente, com respeito à visita do Presidente Geisel, o Governador do Estado do Paraná, iniciando o seu discurso, citou uma afirmação nos seguintes termos: "Confiamos no líder forte e sereno, que nunca hesita em revelar a intensidade dos problemas porque acredita que o diálogo franco e leal é o melhor instrumento do homem público no desempenho de sua missão".

Toda a imprensa registrou que para um representante das classes deste Estado, Presidente da Cotriguaçu de Cascavel, Sr. Roberto Wipich, teve que quebrar o protocolo para poder se aproximar do Presidente da República e levar a sua palavra de descontentamento, a palavra das classes produtoras.

Por isso, Sr. Presidente, prefiro ler o editorial do jornal "Indústria e Comércio", que foi o portavoz efetivo da discrepância que ocorreu entre o que o próprio Governador falou: — Que o Governo tem o diálogo franco e honesto, e leal, "com o que ocorreu nesta visita".

O Editorial é: "O cerimonial da crise."

Os Deputados não foram convidados a participar da inauguração da Refinaria Getúlio Vargas. Nem mesmo Adalberto Daros, que propôs o nome, foi lembrado. Só o Presidente Ivo Thomazoni foi incluído pelo cerimonial. O bastante para o protesto da Casa e a confirmação de que o Legislativo não conta para o regime. Nem mesmo para participar de inaugurações.

O protocolo exigiu das jornalistas o vestio ou saia. Calças cumpridas, nas mulheres, nunca. Esta a moda oficial para as solenidades públicas. Os homens de terno e gravata, como manda o figurino do Poder.

O Prefeito de Araucária preparou um discurso à altura do homenageado. Destacamos algumas frases: "É o Paraná que vibra, é Araucária que alegra, com todas as gerações que precederam formando o Brasil verde-amarelo". "É a revolução que reconquistou ao País um clima de segurança, de confiança no futuro..." "Já o poeta precursava o nosso sentimento afirmando — ama com fé e orgulho a terra em que nasceste".

A visita do Presidente contada pelo cerimonial, deve tra-

zer outros relatos do tipo. Não deve contar o protesto dos produtores em Cascavel, que através do Presidente da Cotriguaçu, Roberto Wipich, mostraram seu profundo pesar pelas medidas recentes do Governo. Não deve fazer referência ao esquema de segurança que não permitiu qualquer aproximação de jornalistas ao Presidente. Nas cerimônias, oficiais de inauguração não está programada a apresentação de reivindicações, como as dos industriais (Carta da FIEP), dos agricultores (posições da FIEP). O povo foi incluído. Os operários que construíram a refinaria foram colocados à frente do palanque para aplaudir os que são responsabilizados pela conclusão da obra.

Quanto mais a crise avança, mais estranho fixa este cerimonial porque ele substitui o enfrentamento direto das questões fundamentais que preocupam os brasileiros. Da visita do Presidente, ficou a inauguração de obras importantes e, ao mesmo tempo, a sensação do vazio para quem esperava a oportunidade de expor razões, protestos, apelos. Fica a certeza de que é impossível fazer chegar a este Governo as reivindicações da maioria.

Talvez por isso o Legislativo não tenha sido convidado. Os industriais não tenham conseguido uma audiência. Os agricultores só conseguiram protestar quebrando o protocolo. O cerimonial da crise ganha os contornos da desesperança final".

Porisso, Sr. Presidente, faço questão de que seja transcrita esta notícia que retrata a visita do Presidente ao nosso Estado. O que é tristonho para os produtores, principalmente para os produtores de soja, porque esta Assembléia já deu um voto de protesto contra o confisco do soja, é exatamente sentir o diálogo travado entre o Presidente da República e o Presidente da Cotriguaçu, Roberto Wypich, que foi também trazido pela imprensa.

O descontentamento dos produtores de soja da região Oeste do Paraná causado pelas recentes medidas do Governo em estabilizar, até o final do ano, os preços do farelo e do óleo, foi levado ontem ao Presidente Ernesto Geisel pelo presidente da Cotriguaçu, Sr. Roberto Wypich, ao informar que "está havendo um grande êxodo de agricultores para o Paraguai, onde não existe confisco, ICM ou FUNRURAL".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Roberto Wypich teria dito, não na presença do Presidente Ernesto Geisel, mas desabafando, porque entendeu que ao Paraná só se pede esforço, e nada se dá em retribuição.

Teria dito o Sr. Roberto Wypich, quando o Presidente afirmou que, apesar do preço mínimo estar taxado em 96 estavam vendendo a 200 cruzeiros: "Esse preço não significa nenhum lucro pois temos que tomar por base as safras dos últimos cinco anos que foram parcialmente comprometidas pelas geadas. O Presidente Geisel compreende isto, mas está com os olhos voltados apenas para o combate à inflação".

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência dá ao Sr. Deputado Nilso Sugarezi, os esclarecimentos que solicitou.

Somente o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná recebeu, da PETROBRÁS, convite para participar da solenidade de inauguração da refinaria no município de Araucária.

Informa também a Presidência que do convite constava a recomendação — convite pessoal e intransferível.

Observou a Presidência que da solenidade participou também o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Isto faz concluir que tão somente os chefes dos Poderes foram convidados para aquela solenidade. Esta Presidência compareceu e acompanhou todos os atos solenes, iniciados com a recepção a S. Exa. o Presidente da República no aeroporto.

Portanto, eminente Deputado, não cabe a esta Presidência julgar a PETROBRÁS quanto ao rol de convidados incluídos na solenidade.

Todavia informa que em nenhum instante a Presidência foi desconsiderada e, para conhecimento dos Srs. Deputados, o convite não partiu do cerimonial do Palácio Iguaçu nem da Presidência da República.

O convite foi expedido pela PETROBRÁS.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli. O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Inicialmente, devemos dizer da satisfação com que o nosso Estado do Paraná, mais uma vez, recebe S. Exa. o General Ernesto Geisel e sua comitiva, a décima primeira viagem do eminente Presidente à nossa região.

Inaugurando o asfaltamento das estradas que ligam Campo Mourão a Cascavel e Toledo, zonas de imenso desenvolvimento e riqueza, cumpre o Governo da Revolução uma das suas tarefas básicas, no que concentra a sintonia perfeita da equipe do Governador Jayme Canet Júnior, no setor dos transportes.

O General Dirceu Nogueira, Ministro dos Transportes, que marcou sua dinâmica atuação à frente de unidade do Exército Brasileiro, na abertura da Estrada Cuiabá-Santarem, que é, sem dúvida, a forma já conseguida, já alcançada, de penetração e conquista da Amazônia, marca, com relevo, trabalho altamente meritório e patriótico.

E a inauguração da refinaria de Petróleo, em Araucária, é outro marco preponderante no crescimento econômico do Paraná e do Brasil.

Os homens do Paraná, vindos de todos os quadrantes do Brasil e que aqui se estabeleceram e fincaram raízes definitivas, de amor ao solo, às tradições e aos costumes de nossa gente, — os homens do Paraná querem e se esforçam por corresponder à responsabilidade que representa, nos dias de hoje, OSR. PARTE DE UMA REGIÃO ALTAMENTE PRODUTORA DE ALIMENTOS, num mundo onde o crescimento populacional é algebrico e o crescimento de alimentos não segue o mesmo ritmo.

Somo, pois, parte de uma área de labor em prol da alimentação, da nutrição humana, — mas ainda somos apenas um grande consumidor dos elementos de nutrição ou alimentação de nossas máquinas empregadas na lavoura, na pecuária, nas indústrias e nos transportes, em geral.

E como agricultor, e como parlamentar, é que, mais uma vez, trazemos a nossa palavra de colaboração aos poderes constituídos para que seja reexaminado o tratamento dispensado aos produtores de trigo, cujo preço mínimo fixado foi muito aquém de esperado, fazendo com que houvesse, como havíamos previsto, uma redução de área de plantio ou de cultivo de trigo.

E além da redução da área de plantio pelo preço desestimulante, o tempo, a ausência de chuvas faz com que a próxima colheita sofra redução considerável, cuja margem, em certos lugares, é de 30 a 60 por cento, mas, em outras ainda é pior.

E como colaboração, manifestamos nossa crença, embora em conflito com a realidade de setores oficiosos, que se fará, ainda agora, esse reajuste de preços para o trigo, sob pena de haver uma maior diminuição das áreas de plantio, o que constitui, Srs. Deputados, se cair nossa produção de trigo, na necessidade imperiosa de se aumentar a importação, que se pretende evitar, que se deve evitar, e que o Governo da Revolução pede que se evite para equilibrar, num amanhã próximo, a nossa balança de pagamentos.

Que a Assembléia Legislativa, de posse de elementos técnicos válidos, da real queda da próxima colheita do trigo, se manifeste junto ao Governo Federal, por intermédio do Governador Canet Júnior, pleiteando esse tão necessário reajuste do preço mínimo.

Esta é a nossa sugestão, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados.

Recentemente se fez aqui, neste Parlamento, uma reunião que congregou Deputados dos três Estados do Sul.

Falou-se da ferrovia da soja, da ferrovia da integração do Sul com o Porto de Paranaguá e São Francisco do Sul. A classe política se mobilizando para buscar no consenso e na racionalidade uma forma realística da sua missão no Parlamento.

Entretanto, nas inaugurações que este esforço parlamentar, com todas as dissensões existentes, com todas as divergências que se possam surgir e emergir dos debates parlamentares e dos debates públicos, a classe política foi literalmente marginalizada.

E esta marginalização para este ato solene de inauguração de uma obra de grande vulto, uma das maiores, quero crer, do Estado do Paraná, a PETROBRÁS. Na mesma viagem de S. Exa. o Presidente da República, ao aportar em Cascavel, recebeu através do Presidente da COTRIGUAÇU, uma manifestação que era a mais legítima das classes produtoras que trabalham e lidam no anonimato dos fins de linha que é o agricultor.

Roberto Wypych, que passou por este Parlamento, representando o Oeste do Paraná, com quem desfruto uma amizade pessoal mas que, politicamente, nós estamos em sentido diametralmente oposto, defende o mesmo posicionamento do sistema. De tal maneira que a classe política e as classes produtoras representadas por Roberto Wypych, apresentou ao Sr. Presidente da República um posicionamento mais lúdico, mais justo e mais sincero que o Presidente poderia receber. Não falou em causa própria, embora o tenha falado mas falou, sobretudo, da aspiração do agricultor brasileiro, não só daquele do Oeste do Paraná que representa hoje, sem sombra de dúvida, uma grande proporção de divisas e lucros para os cofres públicos do Estado e da Nação. A retirada dos subsídios dos adubos e dos fertilizantes, o confisco cambial do soja, as indagações que aquele representante classista fez ao Presidente da República, representa, diretamente, o mesmo episódio que ocorreu há pouco tempo de que deu causa à queda do Ministro da Indústria e Comércio representando as classes produtoras do Estado de São Paulo. Retratado num pronunciamento do Sr. Papa Júnior.

Realmente, causa certo pasmo esta posição do Governo com referência ao posicionamento que as classes produtoras mantêm com sinceridade. Diríamos nós que a contestação e a vemência com que S. Exa. protestou à reivindicação justa de Roberto Wypych, representando as Cooperativas do Vale do Iguaçu ou a COTRIGUAÇU, não é mais do que senão um protesto de quantas classes já o têm feito. As vezes até mal recebido como aconteceu no caso de Cascavel.

Felicitto-me até pelo fato de estar ausente em Cascavel porque foi realmente auspiciosa a minha ausência porque, primeiro, já a classe política tinha sido marginalizada no convite de inauguração até os representantes da ARENA com exceção do eminente Presidente deste Poder.

E as indagações que o Presidente da COTRIGUAÇU faz, as perguntas que faz com sinceridade ao Presidente da República são, realmente, um retrato de toda a pergunta que o povo brasileiro faz à Nação brasileira, ao Governo brasileiro, desde o operário até o homem que produz ao industrial, até, quem sabe, alguns dos dirigentes de multinacionais; provavelmente, com essa situação econômico-financeira e política do nosso País, é duvidosa a posição e a sistemática de funcionamento dos aspectos econômico-nacionais — os produtores agrícolas, a reclamar, os industriais exportadores e todos aqueles que manipulam com o produto primário ou industrializado, estão a reclamar do Governo brasileiro uma posição de coerência.

E é justamente para dizer, desta tribuna, que a região Oeste do Paraná mais uma vez sente-se desalentada mesmo após a inauguração de dois pedaços de estrada de rodagem, que lhe falta ainda uma atenção adequada, que lhe falta ainda a potencialização do número que ela representa na economia na-

cional, que lhe falta ainda uma consideração justa e permanente do Governo, para que o trabalhador, para que o agricultor possa ter a normalização de uma política que acione realmente os aspectos de produção e de resultados neste País, que solicitei a palavra, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, para que se registre nos Anais desta Casa um artigo de "O ESTADO DO PARANÁ", de sábado, que possui o título de "O SILÊNCIO QUE DIZ TUDO".

Antes porém, Sr. Presidente, quero dizer que sou adversário político do Sr. Paulo Pimentel, entretanto, devo reconhecer que Paulo Pimentel é um Líder político nato, enquanto que os outros, que lhe jogam pedras, são líderes tirados do bolso do Presidente da República.

É digno de se anotar nos Anais desta Casa este artigo, Sr. Presidente, que assim diz: (Lê):

"Guardai-vos do fermento dos fariseus, que é a hipocrisia, porque nada há oculto que não venha a descobrir-se e nada há escondido, que não venha a saber-se. Por isto, as coisas que dissestes nas trevas, são ditas às claras; o que falastes ao ouvido, no gabinete, será apregoado sobre os telhados.

Evangelho de São Lucas, Cap. 12 - v. 1."

"A lágrima que rolou dos olhos do apresentador Nestor Batista ao não conseguir completar o cântico de despedida da Rádio Iguaçu, na manhã de ontem, sintetiza o que a própria lágrima representa para o ser humano — a tristeza, a dor, a revolta, a alegria.

A tristeza e a dor que anunciaram o fechamento de uma emissora de rádio-padrão, perfeita, feita com carinho, mensageira da alegria, um arauto da boa-nova. A revolta de ver o som ser sufocado por uma mordida, de a imprensa paranaense perder mais um órgão que a enobrecia, de o campo profissional tornar-se ainda mais restrito, de o desemprego estigmatizar mais trinta famílias. E a alegria da solidariedade, partida de todas as gentes, dos estudantes que haviam elegido como sua a Rádio Iguaçu; dos motoristas, que mantinha o dia preso na frequência 670; de todas aquelas centenas de pessoas que se destacavam na comunidade e que ouviam "Na Curitiba de fulano de tal, primeiro lugar no vestibular de Direito, exatamente tantas horas"; dos líderes de entidades, que sempre encontraram os microfones da Iguaçu abertos para suas mensagens de interesse público; das autoridades, que sempre tiveram na Iguaçu o canal aberto para as suas convocações, os seus apelos. A lágrima da satisfação do dever cumprido. Do dever muito bem cumprido.

A Rádio Iguaçu de Curitiba calou. Foi calada. Um decreto presidencial declarou perempta uma concessão concedida 31 anos atrás. A emissora que conquistou Curitiba e se mantinha há três anos entre as primeiras em audiência não pode mais ser ouvida. Foi atingida por um processo em desenvolvimento há quatorze meses, desencadeada publicamente pelo Governador Jayme Canet Júnior, mas urdido em gabinetes mais bem acarpetados que os do Palácio Iguaçu. O episódio só é explicável pela sequência dos fatos, a partir de março do ano passado, quando o Governador anunciou o rompimento com o Sr. Paulo Pimentel e deflagrou a guerra contra o político e o empresário que não dizia amém a Ney Braga. O esquema para esmagamento de Pimentel não tem limite, todas as armas são válidas. E estão sendo usadas. Desde o boicote econômico comandado pessoalmente pelo Governador Canet. Boicote, ressalta-se, feito com o dinheiro público.

Se não, por que o fechamento da Rádio Iguaçu? Problemas de ordem técnica? Seguramente, não. Era uma das emissoras mais bem instaladas do País, equipamentos modernos,

equipe profissional de primeira linha. Quando ainda se chamava Rádio Sociedade Guairacá, passou pela primeira remodelação. Em seguida, ficou fora do ar por três meses para transferir estúdios, antena e transmissores e passar a oferecer a Curitiba o que de melhor havia em matéria de rádio. Subversão? Também não. Hipótese até ridícula, a Iguaçu era som, era música, era mensagem de paz, esperança, amor. Perfeitamente enquadrada nos regulamentos, chegava ao extremo de recusar propaganda de qualidade duvidosa, que pudesse comprometer a programação cuidadosamente preparada. Era uma emissora tratada com carinho, um cartão de visitas da cidade.

A Rádio Iguaçu foi silenciada. Mas — por certo — o seu recado vai continuar, por muito tempo, nos ouvidos do povo. Um dia, talvez, "quando a estrela voltar a brilhar no céu e a cantiga não morrer nas estrofes do silêncio", segundo o mais antigo locutor da Iguaçu, se cumpra a palavra do Senhor: "Guardai-vos do fermento dos fariseus que é a hipocrisia. Porque nada há oculto que não venha a saber-se. Por isso as coisas que dissestes nas trevas, serão ditas às claras; e o que falastes ao ouvido do gabinete será apregoado sobre os telhados".

A Rádio Iguaçu de Curitiba silenciou. Nós não podemos ficar calados. Se há o brilho de uma lágrima nos olhos dos funcionários da rádio, há no coração deles o calor da esperança, da fé, de um horizonte amplo e sem as nuvens densas e escuras da imprensa.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, no plenário, do Sr. Joaquim Teixeira, digníssimo Vereador à Câmara Municipal de Paranaguá.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Há cerca de 15 dias ocupamos esta tribuna para protestar frontalmente contra as acusações do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio ao Sr. Prefeito de Santa Helena.

Preliminarmente, vimos declarar perante V. Exas, que o Sr. Francisco Antônio Muniz é um militar honrado e um prefeito de grande eficiência administrativa. Não tivesse ele as qualidades que aqui anunciamos, por certo, não teria sido escolhido pelos poderes maiores que tomam essas decisões, para ocupar o cargo de Prefeito Municipal, sobretudo em um município da faixa de segurança do País. Envolve grande responsabilidade uma decisão desta natureza. E descrever da honradez do homem escolhido é descrever da honradez de tal decisão, é descrever das autoridades de nosso País. E foram estas autoridades que fizeram o Brasil de nossos dias, altamente respeitado lá fora, no exterior. Mais uma razão para ser respeitado em casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por outro lado e em situação paralela às nossas considerações acima referidas, e face às responsabilidades que assumimos, todos nós desta Casa, perante os Senhores Eleitores que votaram em nossos nomes para representá-los, temos um compromisso perante eles e perante toda a coletividade, de nos atermos à verdade, em nossos pronunciamentos e em nossos atos. E quaisquer declarações, quaisquer expressões ou vocábulos que atentem contra a integridade moral de qualquer pessoa, não pode merecer o aplauso de ninguém. É, por uma questão de consciência, somos obrigados a repudiá-los quando assacadas sem comprovação. É o que afirmamos, nesta oportunidade, sobre as acusações, como portavoza do Deputado Ernesto Dal'Oglio, ao Sr. Prefeito Municipal de Santa Helena.

O Sr. Francisco Muniz, em suas declarações à imprensa desta Capital, externou-se nos seguintes termos: "Os atos do Prefeito e os meus particularmente, estão à disposição de qualquer pessoa responsável, digna e capaz de analisá-los".

O Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio declarou que as acusações partiram de um partidário da ARENA, de quem, por-

tanto, foi o portavoz. Se foi um partidário de nossa agremiação política que fez tais acusações, repetidas pelo nobre Deputado, tal ocorrência não desmerece o nosso Partido, como não desmerece nenhum partido político, pois que em todos os grupos humanos, qualquer filiado descontente, menos idealista ou que coloque os seus interesses pessoais acima dos conceitos da agremiação, pode ter o mesmo procedimento. Basta lembrarmos e nos rendermos ao exemplo universal, quando há dois milênios, pretendeu-se solapar o cristianismo por trinta dinheiros.

Não se pode denegrir o nome de um homem, assim como está pretendendo o Deputado Dal'Oglio.

Antes de fazer declarações à imprensa, deveria primeiramente ir ao fundo da verdade, no recato das averiguações e então comprovadas que fossem as informações que lhe deram, atirar o peso de suas palavras sobre os responsáveis, válidas mais ainda face a sua autoridade como Deputado Estadual. Considerem, Sr. Presidente, Senhores Deputados, quando não se comprova uma acusação tão grave, difundida como está sendo nos jornais, perguntamos a nós mesmo em que condições ficará o estado de espírito do acusador, que no presente episódio, é um parlamentar íntegro e merecedor de todo o nosso respeito. Não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, reafirmamos o nosso desacordo a este sistema de ser utilizada esta tribuna ou a imprensa para se pretender manchar o nome de um homem honrado e responsável. Informamos a esta Casa que foi solicitada a abertura de um inquérito. E é do máximo interesse do Sr. Prefeito Municipal que sejam feitas as devidas averiguações, para que fiquem situados nos devidos lugares o acusador e o acusado. E, então, quando se constatar que as palavras do primeiro foram injustas, esperamos que o nobre Deputado Ernesto Dal'Oglio, detentor como é de nobreza de caráter, virá a esta tribuna para confirmar o seu equívoco. E, se formos nós os equivocados, assumimos o compromisso de um procedimento igual.

O referido pedido foi apresentado na Câmara Municipal pelo Vereador Peri Bueno, já tendo sido designada uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta do Vice-Presidente da Câmara, Vereador Arnaldo Weisheimer (ARENA), na qualidade de Presidente da Comissão, do Vereador Joelci Ferrari (MDB) como Relator, e como terceiro membro o Vereador Ari Ripp (ARENA).

E mais o seguinte, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a sucursal de Toledo do jornal "Frenteira do Iguaçu", traz a seguinte manchete: Dal'Oglio denuncia Prefeito. Entre as suas denúncias, acusa o Sr. Prefeito nos seguintes termos: "Além das acusações sobre sua conduta administrativa, o Prefeito é citado como intrigante nas relações de família, até onde chega o seu mandonismo e abuso".

Sr. Presidente e Srs. Deputados — nós temos sobre o Sr. Francisco Antônio Muniz os melhores conceitos sobre a administração que vem exercendo em Santa Helena. Qualquer parlamentar tem o direito de discordar de sua linha administrativa e política, mas, julgamos deplorável que qualquer cidadão seja ele político ou não, seja atacado no recesso de seu lar, de sua família. Sela qual for a circunstância, o respeito à família deve ser preservado, sobretudo por aqueles que têm função de legislar. É o caso de todos nós, e, naturalmente, do nobre Deputado Ernesto Dal'Oglio, também, pois que, acusações desta natureza deslustra qualquer acusador. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Temos aqui em nossas mãos, um "dossier" completo da construção do prédio do Banco do Estado e da construção da casa de propriedade do Sr. Francisco Antônio Muniz. Aqui estão todas as notas referentes à aquisição de materiais. Aqui estão as folhas de pagamento dos operários que trabalharam nas ditas construções, bem como outros documentos pertinentes. Verifica-se que nenhum operário foi explorado ou ludibriado e nem tampouco pago pelos

cofres da municipalidade.

E, para situar melhor este detalhe, consta deste "dossier" uma declaração do Sr. Nercy Duarte, vazada nos seguintes termos:

"DECLARO, para os devidos fins e a quem interessar possa, e para que surta os efeitos legais, que durante o tempo que trabalhei foi executada uma construção de propriedade do Dr. Raul Gomes Baltazar e do Sr. Francisco Antônio Muniz, na qual trabalhamos após o horário de trabalho estabelecido em lei, fazendo o referido serviço por hora de trabalho e recebíamos o pagamento semanal, dos proprietários acima mencionados, inclusive eu o fiz várias vezes, passando o recibo. Declaro ainda que todo o material recebido para a referida construção vinha diretamente das firmas vendedoras aos proprietários. E, por ser a expressão da verdade, dato e assino".

Temos em mãos, portanto, dezenas de documentos que, juntamente com tudo o que for arrolado neste inquérito, virá demonstrar a lisura da administração municipal em Santa Helena.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitimo-nos declarar, perante V. Exas. que, em termos de ética e de elegância parlamentar, compete-nos, tanto ao nobre Deputado Ernesto Dal'Oglio, quanto a nós, nos situarmos em posição de observadores, até o final do inquérito que está aberto na Câmara Municipal de Santa Helena, cujas averiguações virão dirimir quaisquer dúvidas que tenham sido suscitadas neste episódio, o que nos facultará a clareza dos fatos, que é o que nós parlamentares temos a obrigação de preservar, como representantes do povo, que somos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente...

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem). Sr. Presidente, tendo em vista a ausência do Deputado Ernesto Dal'Oglio, requeiro a V. Exa. que determine à Divisão de Taquigrafia que providencie uma cópia do discurso do Deputado Egon Pudell, para que seja entregue no gabinete do primeiro, a fim de que seja informado do que ocorreu na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência anota a solicitação e determina à Divisão de Taquigrafia que assim proceda.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Casualmente eu lia hoje afirmativa do grande jurista e escritor Paulino Jacques e, segundo ele, "o Direito Constitucional é o ramo do Direito Público que estuda os princípios e normas estruturadoras do Estado e garantidoras dos direitos e das liberdades individuais".

O conhecido mestre deixa claro que "o básico na Constituição é a estrutura do Estado e o seu funcionamento, bem como a fixação dos direitos e garantias individuais, pois afinal o Estado existe para servir ao homem e não este ao Estado".

Na semana passada, um organismo de personalidade, um órgão de divulgação dos mais importantes deste Estado, foi fechado por determinação de S. Exa. o Ministro da Justiça e por ordem do Sr. Presidente da República.

Mais uma vez, sem nenhum processo regular, sem nenhuma observação ao direito público, sem nenhuma observação às leis, especialmente à lei básica do País, que é a Constituição Federal.

Uma multidão chorou o fechamento desta emissora, diga-se de pagassem, uma das rádios que mantinha a melhor e mais bem esquematizada programação de rádio emissora do Estado do Paraná.

Será que o regime tende a satisfazer os poderosos e não admite que críticas sejam feitas pelos jornais, pelas rádios, pelos meios de comunicação deste País?



Será que a segurança prevista pela Constituição deste País não deve mais ser respeitada pelos governantes?

Será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a duração deste estado de coisas dure tanto, vá tão longe, que o Poder não veja que este País está caminhando para a miséria, para o caos, para o desequilíbrio total?

É preciso que se dê liberdade à imprensa escrita, falada e televisada deste País, porque, só assim, o Governo receberá benéficas advertências do povo e se beneficiará com essa imprensa inteligente e sábia. E carregará, com essa imprensa livre, não só os poderes efêmeros da terra, mas os meios, os recursos, para que o Governo possa colocar este País, de extensão gigantesca um dos maiores do mundo, num caminho mais seguro, dentro de veredas mais retas e mais alinhadas.

Há de se perguntar: de que vale o Direito Constitucional quando se vê, o que se viu ontem, numa partida de futebol, realizada aqui em Curitiba — diga-se de passagem uma das partidas de futebol mais bonitas de todos os tempos, — uma platéia extraordinária — sai um soldado da Polícia, e ataca um dos espectadores diante de uma multidão de espectadores, que ali se encontrava. Surra-o, seveia-o, bate-o, sem nem mesmo ser o sádico soldado retirado pelos seus companheiros que ali estavam.

Mas, me parece que é no Paraná que acontecem essas coisas.

Parece-me que o Paraná tem vivido sob a influência de saturno, o planeta maléfico da órbita celeste.

Parece-me que os responsáveis pela segurança e paz deste Estado, sorriem quando essas coisas acontecem de forma violenta, de forma maldosa, de forma criminosa.

Quando a televisão do Brasil, mostra um jogo disputado no Morumbi, entre o Corinthians e o Santos, um torcedor vibrando com a vitória de seu time, o "Corinthians", adentra o gramado para solicitar a camisa do jogador Palhinha, esse torcedor é convidado pela polícia para se retirar e sentar-se ao lado do técnico Brandão, assistindo o jogo até o final. A torcida vibra.

Quando, em Belo Horizonte, um torcedor do "Galo" Mineiro, também adentra o gramado do Mineirão, carregando uma gigantesca bandeira, o mesmo é retirado do gramado, pela polícia. Mas com educação e respeito.

Aqui em Curitiba, um torcedor do Colorado, sob os olhares de milhares de torcedores e dirigentes, é espancado, por um elemento da Polícia, de maneira brutal. O pobre homem nada pôde fazer em sua defesa, devido o sadismo daquele policial.

A grande verdade é esta. Policiais do Paraná, com exceção é verdade, pagos para manterem a ordem, recebendo para manutenção da paz social, pesando e onerando os cofres públicos do Estado, sob a promessa de prestação de serviços para a proteção à gente paranaense, ao invés de assim proceder, usam-se da farda, do direito, da carteira e do boné para espancarem o público, o espectador de uma partida de futebol.

Há poucos dias visitamos, Sr. Presidente, em companhia de V. Exa. e de mais alguns Srs. Deputados, a Escola da Polícia Civil e ali vimos o adestramento que estão dando para a formação de Delegados de Carreira, para a formação de Agentes Policiais, para a formação de Escrivães de Polícia. Oxalá daquela Escola saia o exemplo para modificar a estrutura de policiamento que existe no Paraná.

São delegados de polícia procedendo prisões arbitrárias, são policiais da milícia surrando e batendo em homens indefesos. É o desrespeito à própria Lei Magna do País. É o desassossego permanente à gente do Paraná.

Gostaria, Sr. Presidente, de, nesta oportunidade, requerer indagação ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, se providências foram tomadas contra o policial arbitrário, violento e atávico que ontem surrou em plena praça de esportes de Curitiba, um dos espectadores da grande partida de futebol.

Entretanto não o faço, Sr. Presidente.

Data vênha, incumbo V. Exa. como Presidente deste Poder, como dirigente honrado do Poder Legislativo que é, a entrar em contato imediato com o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado e pedir em nome do Governo que vossa bancada aqui representada com dignidade e com respeito, que se informe se providências foram tomadas contra o policial que violentamente, em plena praça pública, no momento em que a apoteose se retratava um dos maiores espetáculos de futebol, nestes últimos tempos, no Paraná, surrava um dos espectadores daquela partida.

Espero que V. Exa. tome medidas e providências a fim de que amanhã seja informado a esta Casa se providências foram tomadas pela Corporação deste soldado da milícia, e se foi aberto o devido inquérito para o seu processamento por falta de dignidade, de decoro, de respeito e de formação policial.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito. — (Pausa). — (Ausente). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez este Poder não possa, mas, tão lamentável quanto isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria podendo pouco, abrir mão do pouco que pode.

Tenho para mim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, qualquer assunto ou matéria sobre o qual esta Casa seja chamada a deliberar, se reveste de muita importância porque, tudo por aqui e que por aqui passa, deverá ter, ao longo do tempo, a repercussão e a consequência gerada por um fato que mereceu a aprovação, o consenso, o timbre deste Poder Legislativo.

Agora mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa tem sob suas vistas e sob sua atenção, matéria que reputo da mais alta importância, porque dela haverá de decorrer consequência para uma grande coletividade neste Estado.

Aqui tramita, Srs. Deputados, projeto de lei que vem tratar de interesse de mais de 40.000 funcionários públicos do Estado. Portanto, abarcando nisto um contingente humano dos mais ponderáveis e me parece, não deve esta Casa proceder de maneira a apenas referendar, a apenas aceitar, a apenas timbrar o que possa vir de qualquer lugar.

Vamos tratar, Sr. Presidente, e em breves dias neste Plenário porque já tramita pelas Comissões este Projeto de Lei, vamos tratar em poucos dias aqui neste Plenário por certo, desta matéria.

Mais do que o voto, mais do que a quantidade, a consciência de cada um dos eminentes Srs. Deputados que aqui têm assento, deverá de conferir o seu peso na deliberação desta matéria.

Refiro-me, Srs., ao Projeto de Lei número 34/77, em cuja súmula se dispõe e se pretende criar cargos no quadro geral do Magistério, e fixar os vencimentos, em decorrência da Lei Complementar 7/77, que instituiu o Estatuto do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo grau, no Estado do Paraná.

O Estatuto do Magistério, Srs., se não conseguiu ser uma peça preciosa que tenha perseguido a perfeição e, mesmo não lhe tendo sequer aproximado, poderá receber agora nesta sua complementação, poderá receber agora algum reparo, algum aperfeiçoamento, alguma atitude capaz de minorar aquilo que antes não foi possível fazer.

Mas vejo, Srs. Deputados, que a questão, até agora, apesar dos esforços desenvolvidos isoladamente ou por alguma comissão, não chegaram a sensibilizar a maioria desta Casa e, vejo que se aproxima o dia em que, mais uma vez, se poderá, lamentavelmente, deliberar sobre assunto tão grave, sem que se tenha firmado uma posição e ela fundamentada na consciência do que, realmente, está acontecendo, no conhecimento do que.

realmente, está propondo.

É por isso, Sr. Presidente, que me confesso preocupado com esta questão e, até talvez cansando algum dos eminentes Deputados por voltar novamente à tribuna e tratar desta matéria. É por isso que aqui hoje volto, mesmo correndo este risco para, de certa forma alertar a Casa do que ocorre, não que queira ver um descaso, em relação ao assunto; não que queira ver um distanciamento da Casa em relação à matéria; mas, me parece, alertar à Casa para que deva aprofundar os seus estudos em relação ao assunto; alertar à Casa para que deva aprofundar o seu conhecimento em relação a esta matéria.

Confesso Senhores que foi de minha iniciativa a tentativa de convocar o Sr. Secretário da Educação e da Cultura, que viesse a esta Casa para debater o assunto. Não foi possível; outras razões ou qualquer razão levou a Maioria a impedir esta atitude.

Veio, mais tarde, à Casa, o Sr. Secretário de Educação e Cultura e veio, logo em seguida, tendo a sua presença sido anunciada pela eminente Liderança da ARENA com um prazo muito pequeno para que a maioria dos Deputados dissesse tomassem conhecimento, para que a maioria lá comparecesse e, para que os que lá foram, pudessem até mesmo melhor elaborar, questionar, para debater com S. Exa.

Em verdade há que se dizer que o Sr. Secretário aqui veio de própria vontade, atendendo ao apelo conjunto do eminente Líder da ARENA e discorreu, para alguns Deputados, a respeito dessa matéria. É verdade que forneceu algumas informações, é verdade que forneceu outros dados. Mas, a questão, Srs. Deputados, é muito grave para que paremos, tão somente, naquilo que nos foi oferecido. Não vejo porque não se possa requisitar e conquistar melhores informações, melhores elucidaciones.

É neste sentido que hoje venho à tribuna, para pleitear da Casa que dê trânsito, aprove requerimento que estou dirigindo à consideração deste Plenário, no sentido que constemos junto à Secretaria de Educação e Cultura, informações que se me afiguram de alta importância, de muito relevo para que uma posição seja firmada, para que se tenha consciente conhecimento de tudo que envolve e incide sobre este projeto.

Eu passaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à leitura do requerimento que trago à consideração da Casa: (Lê):

"Senhor Presidente.

A Lei Complementar número 07/77, instituiu o novo Estatuto do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus, estabelecendo o regime jurídico do Pessoal do Magistério Público vinculando à administração do Estado do Paraná, e estruturando as respectivas séries de classes.

Publicado devidamente, em 13 de janeiro do corrente ano, passou a gerar efeitos, conquanto devesse, por dispositivo próprio, dispensar um prazo, daquela data até 90 (noventa) dias, para que fosse contemplada com alguns "Atos Complementares" para a sua plena execução.

Apesar de haver escoado tal prazo, os atos não foram expedidos, a não ser um projeto de lei ordinária, ora em tramitação nesta Casa, sob o número 34/77, o qual, entre outras disposições, cria cargos no Quadro Próprio do Magistério e fixa-lhes os respectivos vencimentos.

Dúvidas existentes, pontos obscuros, aspectos nebulosos, com a remessa do citado projeto de lei, aprofundaram-se.

O Sr. Secretário da Educação e da Cultura, autoridade sob a qual a matéria está afeta, não pode em razão da negativa, vir como convocado por este Poder. Veio, entretanto, por vontade própria, com uma precária antecedência entre a comunicação e a visita, informalmente expor a posição de sua Secretaria e do Poder Executivo.

Os Srs. Deputados, em número reduzido, porque não comunicada à maioria, dispuseram-se a ouvir aquele Secretário de Estado, estabelecendo-se um rápido debate, curto pela escassez do tempo, superficial, pela impossibilidade, até física,

de se montar um questionário melhor elaborado.

Entendendo-se que essa matéria não se encontra nesta Assembléia Legislativa simplesmente para referendo, mas sim e principalmente, para aqui, na mais autêntica e hoje única representação popular — receber o burilamento ditado pela realidade por todos vivida, não se afigura da melhor forma que seja analisada, estudada, debatida, para afinal merecer deliberação, sem que ocorra uma elucidação completa sobre tudo que lhe incida, sobre tudo o que firma, e sobre tudo que desdobra.

Sendo assim, considerando a importância da questão, a tramitação do Projeto de Lei número 34/77, e, fundamentando em dispositivo da Constituição do Estado, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, nos termos em que segue, o seguinte "REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES":

1 — Quantos professores serão, atualmente, enquadrados nos níveis 16 e 17; 18 e 19; 20 e 21; 22, 23 e 24, respectivamente, e, com aproveitamento previsto para os novos níveis: 1, 2, 3 e 5?

2 — Qual a razão de nada se propor com relação ao futuro nível 4, os vencimentos?

3 — Os atuais professores leigos que tratamento passarão a receber, inclusive em termos de vencimentos?

4 — Quantos professores, atualmente, dispõe de qualificação (nível de formação, habilitação específica) para eventualmente virem a exercer cargos de Diretores, Orientadores Educacionais, Supervisores de Ensino, Inspectores de Ensino e Planejadores?

Especificamente, os números em relação aos cargos.

5 — Tendo a Lei Complementar número 07/77, estabelecido um prazo de até 90 (noventa) dias — já esgotado — para a expedição de atos complementares necessários à plena execução das disposições do Estatuto do Magistério, qual a razão pelas quais, se pleiteia agora, no projeto de Lei número 34/77, prazo não especificado para o aproveitamento do Professor no Grupo Ocupacional Especialista MPE-200?

a) — Quando se pretende efetivar esse aproveitamento, consoante às normas do Estatuto do Magistério?

b) — Qual a razão do não aproveitamento imediato de atuais orientadores Educacionais, devidamente concursados, nomeados e com o necessário nível de formação?

6 — A plena execução do Estatuto do Magistério deveria se dar até 90 (noventa) dias de publicação da Lei Complementar número 07/77, o que implica em crer que deveria o Poder Executivo estar apto para o cumprimento de seus dispositivos, e inclusive, ter estabelecido a imprescindível previsão orçamentária, quais as razões pelas quais, desprezando tal prazo, se pretende fazer vigorar os novos níveis de vencimentos:

a) — À partir de 01 de agosto de 77, para os atuais níveis 16 e 17?

b) — À partir de 01 de janeiro de 78, para os professores que, afastados de função alheia ao Ensino, tenham ou venham a elas retornar?

c) — À partir de 01 de agosto de 1978, para os atuais níveis de 20 a 24 e mais os abrangidos pelos artigos 118, 119, 121 e 123 da Lei Complementar número 07/77?

d) — Sem data prevista para os Especialistas de Educação integrantes do Grupo Ocupacional MPE-200?

7 — Os integrantes do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus, passaram, desde a publicação, a ser regidos pela Lei Complementar número 7/77. O Projeto de Lei número 34/77 inovando sobre aquela Lei Complementar, pretende estabelecer que o aproveitamento dos atuais professores, nos grupos ocupacionais MPE-100 e MPE-200, se dará "A vista das vagas existentes nos diversos estabelecimentos escolares e da necessidade do ensino". Indaga-se:

a) — Qual o real significado dessa expressão, e suas implicações e decorrências?

b) — Haverá dualidade de Quadros de Pessoal?

c) Haverá dualidade de vencimentos no exercício de idênticos cargos?

d) Qual a situação que prevalecerá para o atual professor efetivo, detentor de padrão, até o seu eventual aproveitamento, em relação as normas do Estatuto do Magistério e à seu vencimento?

08. A Secretaria dos Recursos Humanos comunicou a Secretaria de Educação e Cultura haver cumprido o que dispõe o art. 108, da Lei Complementar No. 7/77?

09. Foi cumprido o que dispõe o Art. 125, da Lei Complementar No. 7/77, inclusive no que, especificamente, consta dos seus Arts. 36, 39, 76 — § 3o., 79, 103 e 112?

Remeter a íntegra de tais Atos.

10. Relativamente a atual lotação de professores, informar:

a) Quantos professores exercem função no Sistema Estadual de Ensino, porém, não especificamente lecionando?

b) Quantos professores exercem funções administrativas ou burocráticas na área da SEEC?

c) Quantos professores se encontram, a qualquer título, afastados e não vinculados à Educação, à Cultura, no Ensino e à Pesquisa?

11. Quando se pretende a designação do primeiro concurso para preenchimentos de cargos de Professores e de Especialista, e qual a abrangência prevista?

12. A Secretaria de Educação e de Cultura, à época de elaboração do anti-projeto do Estatuto do Magistério, ou quando da tramitação de Lei Complementar No. 7/77, já dispunha de levantamentos, dados, pesquisas, outros elementos, enfim, informações que a capacitasse conhecer da real situação, sob todos os pontos necessários, do seu Pessoal, inclusive com relação a situação criada a vigência daquela Lei Complementar?

Requer ainda, tudo em vista a tramitação do Projeto de Lei 34/77, nesta Assembléia Legislativa, se encareça ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e de Cultura que abrevie o prazo constitucional para o atendimento deste requerimento.

Outrossim, solicito que os membros da douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, onde atualmente se encontra o Projeto de Lei 34/77, sejam cientificados do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1977".

O que se pretende, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é nada que fuja do normal; nada impossível, nada que não possa ter a Secretaria de Educação.

A acreditar que a Secretaria da Educação e da Cultura não disponha das informações aqui solicitadas, será debitar àquela Secretaria a omissão, a incapacidade.

Porque não é possível e não se pode entender que se elabore uma legislação tão abrangente e complexa como o Estatuto do Magistério, sem que esses dados tenham sido vistos, analisados e estudados.

Portanto, Sr. Presidente, a intenção deste pedido de informações não é criar embaraços, não é a de colocar mal qualquer órgão do Estado, é apenas a de instrumentalizar esta Casa, com as informações necessárias para que possa fixar uma posição, para que com melhor consciência, deliberar, quando a matéria aqui estiver.

Era isto, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Reconhecemos em V. Exa. propósitos os mais saudáveis, para melhor exaurir esta matéria.

Confesso todavia que não aceito as premissas por V. Exa. colocadas.

Em primeiro lugar, porque, como V. Exa. mesmo reconheceu aqui esteve o Sr. Secretário de Educação e Cultura a discutir amplamente a matéria e na oportunidade em que aqui esteve, V. Exa. mesmo teve oportunidade de inquiri-lo com a maior liberdade.

Penso que várias das informações solicitadas neste requerimento foram naquela oportunidade devidamente esclarecidas, e respondidas.

Ademais já tramita nesta Casa há quase dois meses, a Mensagem Governamental.

Tempo que considero suficiente para que a Assembléia pudesse analisá-lo, detidamente.

E, lamento informar a V. Exa., de que entendemos que as respostas a estas informações iriam novamente trazer informações que já dispomos.

E, poderia contribuir para o retardamento da aprovação desta Mensagem Governamental, que acredito todos nós temos interesse em aprová-la de imediato, principalmente a classe que ele pretende beneficiar, que é o Magistério.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminentíssimo Deputado, permita-me dizer a V. Exa. que estas informações, não as temos.

Se as tem V. Exa., é um privilegiado. Se as tem a Secretaria e não quer informar, sonega estas informações.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. sabe que não é assim.

Esteve aqui o Sr. Secretário da Educação e V. Exa. sabe que não houve nada que deixasse de ser respondido, porque não anima aquela Secretaria o desejo de esconder, de omitir qualquer dado sobre esta matéria.

Não há, evidentemente, nenhum sentido de negar à Oposição, aos Deputados informações de espécie alguma.

O SR. ENÉAS FARIA — Com toda a certeza, V. Exa. reciocinando assim, dará seu voto favorável à tramitação e aprovação deste pedido de informações.

O Sr. Luiz Roberto Soares — É exatamente o contrário. Entendo que tais informações, que V. Exa. poderá ter em prazo razoável, poderão contribuir para o retardamento da aprovação deste projeto, o que não é de nosso desejo.

Acho que o tempo que ela tramita na Casa é mais do que suficiente para ter dele uma idéia nítida.

O SR. ENÉAS FARIA — Se V. Exa. tem dele uma idéia, se alguns poucos a têm, a Casa está jejuna neste assunto.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Se V. Exa. não tem uma idéia nítida do projeto, evidentemente é porque deve ter faltado motivação.

Mas, V. Exa. é dono de uma inteligência privilegiada e poderá aprendê-lo em curto espaço de tempo.

Tenho certeza disto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar que o tempo está esgotado já há alguns minutos.

O SR. ENÉAS FARIA — Vou concluir, Sr. Presidente, Apenas quero dizer que a contestação feita pelo eminente líder da ARENA não me parece capaz de elucidar o que aqui se solicita.

Quero dizer que este assunto tem sido tratado com descaso e com omissão.

Há mais de um mês esta Casa deveria ter se pronunciado a respeito da indicação que aqui apresentei a respeito do mesmo assunto.

E está nas calendas, ou em qualquer outro lugar e a Casa não se pronunciou sobre a matéria.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ENÉAS FARIA — Gostaria, mas a Presidência me adverte que o tempo está esgotado.

Tentarei, no encaminhamento, concluir o que penso a respeito da posição do Governo nesta Casa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que V. Exa., liberalmente, concedesse um minuto ao Deputado Enéas Faria, para que eu pudesse apartear-lo.

O SR. ENÉAS FARIA — Receberei com muita satisfação o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Dada a aquiescência



do Deputado Enéas Faria, a Presidência faz uma exceção.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado Enéas Faria,** já tivemos oportunidade de dialogar a respeito de alguns aspectos do Estatuto do Magistério, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, onde sou relator da matéria.

V. Exa. inclusive, num dos últimos itens de seu pedido de informações, afirma que a matéria está ainda na Comissão de Constituição e Justiça, quando desde quarta-feira passada aquela Comissão se manifestou, aprovando por seis contra três votos, o parecer relativo à matéria.

V. Exa. sabe porque não foi discutida aquela matéria antes.

É que o Deputado Maurício Fruet solicitou vista da matéria.

**O SR. ENÉAS FARIA —** O que lhe cabia fazer, para melhor estudar a matéria.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira —** Retardou a aprovação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, dentro de um legítimo direito que o Deputado Maurício Fruet possui, regimental e constitucionalmente.

Entretanto, como V. Exa. se refere a uma indicação feita por V. Exa. em matéria da qual também sou relator, gostaria de informar a V. Exa. que na próxima quarta-feira a matéria estará relatada na CCJ, e gostaria de contar com a presença de V. Exa. para que pudesse, naquela Comissão especializada, dialogar conosco a respeito do seu pedido de indicação.

São as duas ponderações que faço, apressado, em virtude do pouco tempo que possuo, senão entraria na análise de outros aspectos de seu requerimento.

**O SR. ENÉAS FARIA —** Eu as recebo e agradeço, Sr. Presidente, a sua liberalidade. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) —** Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

**O SR. OTÁSSIO PEREIRA —** Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LENDU): "Meu pronunciamento hoje, nesta Casa, tem mais o sentido de um registro, registro feito com o coração compungido de um Deputado radialista, que sente o drama de companheiros, cerca de três dezenas, que, além de terem sua atividade de trabalho cerceada, estão vivendo num estado de comoção.

Quem sabe o que é o trabalho de equipe numa empresa de radiodifusão pode bem aquilatar todo o significado da situação.

Fazemos parte desta estranha confraria da solidariedade humana.

Por isso, as razões do nosso pronunciamento,

Estranha confraria da solidariedade humana, porque, no conturbado mundo do absurdo que é a tônica do mundo em que vivemos hoje, fala-se muito em solidariedade humana, direitos e obrigações, mas tudo isso fica circunscrito, depois, àquela rotina: "Isto é certo, é válido, mas não podemos opinar sobre isso porque não está afeto à nossa área . . ." Daí vêm as teorias tecnicistas, elitistas e tudo o mais . . .

O douto Marechal Clemenceau, numa frase que entrou para a história, poderia ter aqui uma paródia: "Rádio é uma coisa muito séria para ser feita por radialista".

Os tecnocratas teriam pensado assim?

A Rádio Iguaçu tinha um padrão de rádio que era igual o que de melhor se fazia no país, ou mesmo no mundo.

Este nosso povo órfão, que, para usar a própria expressão-slogan, ficava ligado na Iguaçu, quinta-feira, pouco mais das 10 horas da manhã, ouviu a voz naturalmente compungida do locutor encerrando a transmissão para todo o sempre, com fundo de clarins em silêncio.

A Iguaçu que nasceu Guairacá, em 30 de outubro de 1947, quase 30 anos portanto, sempre foi um patrimônio paranaense.

Nasceu com essas diretrizes, Aluizio Finzetto, seu primeiro diretor-geral e sócio-proprietário, falecido em dezembro último, na sua inauguração anunciava com "slogan" que foi usado durante boa parte de sua existência: — "Rádio Guairacá, a Voz Nativa da Terra dos Pinheirais . . ."

Com esta frase era lembrado o índio indômito, que ficou conhecido nas histórias do Paraná, que interrompeu a caminhada dos primeiros bandeirantes que chegavam ao alto do Atuba, em Curitiba, ficando uma lança para impedir o avanço, dizendo: "AQUI—KÉVA", "Aqui tem dono".

Depois este índio civilizou-se, adaptou-se, foi amigo dos brancos e ficou conhecido, contam os historiadores deste episódio, como Paulino Arakxó.

A antiga Rádio Guairacá, em quase seis lustros, foi um ponto de apoio na carreira de muitos homens que aqui começaram e depois ganharam nome e grande projeção.

Nomes como Mário Fanucchi, hoje um dos principais produtores da Televisão Educativa de S. Paulo; Adelson Alves, o grande baluarte da divulgação da mais autêntica música popular brasileira, como produtor de discos de sambistas como Cartola, Ismael Silva, Candeias, Clara Nunes, Nelson Cavaquinho e tantos outros que precisavam de chance para gravar; maestros Renato de Oliveira, orquestrador e arranjador e Jorge Koczka, dois nomes respeitados no Brasil e no Exterior.

Muitos seriam os nomes a lembrar.

Mas vamos apenas registrar mais alguns nomes de radialistas hoje homens de destaque na área política-administrativa como o do ex-Prefeito de Apucarana, Colombino Grassano, Dr. Milton Luiz Pereira, Juiz Federal do Ministério da Justiça que também foi Prefeito de Campo Mourão; Dr. Abílio Ribeiro, Presidente da COHAPAR; e o Exmo. Sr. Secretário da Justiça, Deputado Túlio Vargas.

Aqui, nesta Casa, o Dr. Júlio Xavier Viana e Dr. Ivan Curi, Procurador do Estado.

O jornalista Cândido Gomes Chagas do "Paraná em Páginas".

O povo, seus ouvintes, estão sentindo que silenciar a Iguaçu foi um mau sintoma de desprezo e despreparo as coisas de cultura.

Não ignoramos que o cancelamento de sua concessão, perempta, no significado da Lei, considera a decisão irrevogável e irreversível.

Mas nosso pronunciamento não se atém a este aspecto jurídico.

Nem podíamos dizer estranho demais o pronunciamento oficial.

A tônica, hoje em dia, em tantos pronunciamentos oficiais, é sempre a mesma: a medida foi tomada por ser necessária ao bem de todos. E ponto final.

Na ficção ou na realidade, nas histórias ou nos acontecimentos, aparece sempre o homúnculo torturado, que lança-se até as coisas inverossímeis para tirar proveito pessoal.

Então há os que aceitam tudo, sofrendo, como grande coração de mãe.

Cada um tem sua medida de ver, de sentir, de aguentar as coisas.

Sempre tem seus limites. Há os que lutam e caem de pé.

Há os que capitulam logo de início. Há os que se entregam, e não sentem que apenas trocaram de atitude, pois a entrega é uma espécie odienta de troca.

Certos acontecimentos como este (e nós sentimos bem porque a nossa lute esteve ligada a atividade de radialista), de viver o dia a dia de um veículo de comunicação, nos deixam consternados.

E sabemos, todos sabem, que coisas assim deixam o País preplexo, assustado: será o prenúncio de algum fantasma ou de coisa pior que esta para acontecer? Será que chegou a hora de

botar a boca no mundo pedindo socorro?

Será que também devemos ficar alarmados como ficaram, primeiro, os analistas econômicos americanos, e depois a Embaixada brasileira, em Washington, há poucos dias, quando recebemos o relatório diagnosticando que o Brasil vive a ante-véspera de sérias comoções sociais e políticas?

Mas, que terá o dom da profecia, para dar crédito ao que se fala por aí?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o pronunciamento, o registro que desejava fazer, nesta ocasião tão desoladora para nós radialistas, com o desaparecimento da Rádio Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência comunica que restam exatamente 5 minutos ao horário do MDB., e concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, ao que se vê, a Assembléia teve dois grandes assuntos, da tribuna: um deles, o relativo ao entrelaço de pensamentos entre o Sr. Presidente da República e o Presidente da Cotriguaçu, em Cascavel; o outro, relacionado com a cassação ou, com a declaração de perepção da concessão da Rádio Iguaçu, e foi nesse sentido que encaminhei um requerimento à Mesa, para pedir a transcrição nos Anais da Casa, do editorial de "O ESTADO DE SÃO PAULO", que diz: LÊ

#### "RETRATO DE CORPO INTEIRO

(Quero ler, se me for permitido, até à conclusão, para ficar registrado nos Anais)

"Se não fossem denunciadores do baixo nível moral a que chegou a política brasileira, os episódios que se desenrolam desde março do ano passado no Paraná, deveriam entrar no anedotário de uma revolução que veio para renovar os costumes políticos e termina onde começou: no compadrio, na luta campanário, no ressuscitar o dístico das antigas oligarquias: "Para os amigos tudo; para os inimigos o rigor implacável da lei, se possível".

Infelizmente, não se trata de anedota nem no sentido de relato jocoso nem naquele de particularidade lendária ou histórica.

É o retrato de corpo inteiro de um regime que usa das prerrogativas de arbítrio que herdou do passado para favorecer os grupos no poder e liquidar aqueles que insistem em questionar ainda que seja no plano local, lideranças que gozam dos bafejos do poder central.

Medindo as palavras, as declarações, do Sr. Manuel Garcia Cid, candidato à presidência do diretório da Arena no Paraná, soam como estranho epitáfio das esperanças de quantos confiaram no caráter saneador do movimento de março de 1964: "Rei morto é rei posto. E, como Pimentel não é mais rei, não lhe resta nada".

Este "não lhe resta nada" não quer dizer na sua crueza cínica que o antigo governador paranaense, homem da Revolução até prova em contrário, não possa mais disputar o governo de seu Estado.

O processo autofágico a que se entregou o regime depois de 1968 explicaria até sua exclusão da luta para a sucessão governamental no Estado.

O "não lhe resta nada" significa que o Sr. Paulo Pimentel não tem mais o direito de exercer a atividade empresarial que escolheu depois de haver deixado o governo, pois em oposição ao Sr. Jayme Canet Júnior e ao Ministro da Educação, vê aplicado contra si o rigor extremo da lei, perdendo o direito de explorar estações de rádio e vendo-se forçado a negociar as emissoras de TV de sua propriedade.

Não desejando afrontar a consciência política do País mais do que já foi ofendida, o governo não suspende os direitos políticos do adversário do Ministro da Educação, mas o impede de exercer qualquer atividade ligada aos chamados meios de

comunicação social. Condena-o, em suma, pela restrição dos campos em que escolheu exercer sua atividade, a uma verdadeira morte civil.

Não prevista nos Atos, mas mascarada nos regulamentos do Ministério das Comunicações.

A violência contra ele cometida, mediante a cassação da concessão de funcionamento da rádio Iguaçu (registrada no Dentel como rádio Guairacá), não fere dispositivos constitucionais ou legal algum, pelo contrário, como nos regimes preocupados com aquilo que a opinião pública internacional possa vir a imaginar, ou os "partidos irmãos" a pensar, tudo se deu dentro do mais rigoroso critério administrativo — inclusive a demora no despacho destinado a regularizar a compra da Rádio Guairacá do grupo Lupion e sua transformação em rádio Iguaçu.

Por tudo haver-se processado dentro da lei e dos regulamentos, ao Sr. Paulo Pimentel "não resta mais nada".

E, de fato, desde março de 1976, que o pouco que lhe restava lhe foi sendo retirado por decisões administrativas ou pressões do poder concedente junto a terceiros para que o sufocassem e o forçassem a abandonar a luta iniciada contra Canet Jr e Ney Braga.

A seqüência dos fatos é estarrecidora, pela frieza com que o estrangulamento de uma voz discordante se deu o governador do Paraná rompe "política e empresarialmente" com o Sr. Paulo Pimentel, estabelecendo, em seguida, a boicotagem econômica contra seus jornais, TVs e rádio, no mesmo estilo da ação do Sr. Antônio Carlos Magalhães contra o "Jornal da Bahia", sem explicações razoáveis, uma das maiores redes de TV do País suspende o fornecimento de programas a duas estações de televisão do grupo Pimentel sendo secundada por igual atitude de outra emissora menor. Premido"...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o horário de que dispunha já se esgotou.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Solicito a V. Exa. que conceda à taquigrafia que deixe transcrito, na íntegra, o pronunciamento. — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — "Premido pela situação econômica e pelas advertências suaves do Poder, o ex-governador desfez-se de uma de suas três estações de TV, vendendo-a a grupo que, "vox populi", é ligado ao Minsitro Ney Braga e que já havia entrado no mercado dos meios de comunicação do Paraná.

Vendo acrescidas suas dificuldades, Pimentel foi levado, em seguida, a fechar o jornal que tinha em Londrina e a vender sua empresa de transportes aéreos.

Hoje, todo seu grupo se reduz a dois jornais: "O ESTADO DO PARANÁ" e "TRIBUNA DO PARANÁ", e as duas estações de TV, a Iguaçu e a Tibagi.

Sobre elas, que dependem de concessões, já se exercem novamente as pressões do Poder para que as ceda a grupos mais dóceis, ou estranhos à luta política paranaense, sob pena de ver também suas concessões cassadas, por uma ínfima irregularidade administrativa qualquer.

Em resumo, o ex-Governador Paulo Pimentel é hoje homem sem alternativas — ou capitula ou morre economicamente.

A maneira pela qual o poder central fez sua a luta de um de seus ministros e a de um de seus sátrapas é mais danosa para o País do que a censura.

Essa por ser ato de violência, exercida quando muito ao amparo de um instrumento de exceção, pelo menos obriga aqueles que a ordenam e praticam a responder ao julgamento dos tribunais, ou da história.

O emprego da lei e dos regulamentos para silenciar o adversário não envolve, ao menos publicamente, responsabilidade

legal alguma, é lhana, tranqüila, até defensável em nome do zelo, no cumprimento da lei.

Que no caso do Paraná, outras emissoras que ostentavam o nome de Guairacá tivessem tido suas concessões renovadas, pouco importa (afinal, o agente da lei pode e deve tratar cada caso como um caso); da mesma maneira que o fato de o Dentel ter, inclusive, multado a Rádio Iguaçu do Sr. Paulo Pimentel — reconhecendo pois que funcionava de acordo com a lei — é irrelevante (o agente da lei não necessita atinar com as decisões que seus superiores guardam “in petto”).

Somada às violências que se cometeram recentemente contra a consciência jurídica do País, o ato político de arbítrio (legal) que se praticou contra o Sr. Paulo Pimentel dá o retrato de corpo inteiro do regime que nos governa.

Estamos certos de que as autoridades envolvidas nesse lamentável episódio — do Sr. Ministro da Educação ao Dentel — terão explicações fundadas em leis, decretos, portarias e regulamentos para justificar sua atitude.

Ressalta-se, todavia, que não pusemos em dúvida o amparo legal da providência; aquilo que questionamos é seu aspecto moral, a atitude que está por detrás dele.

A lei, voltando ao início, serve para todos, mas dependendo da interpretação que lhe seja dada, serve mais aos amigos do que aos desafetos.

Quando esse tipo de hermenêutica se institucionaliza, a lei deixa de existir e caímos no arbítrio.

Este é o ponto, e nenhum outro mais.”

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Antes a Presidência deseja registrar, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Darci Alves Pinto, Prefeito Municipal de Morretes.

Da mesma forma, registra com satisfação, a presença do Sr. Deputado Federal Álvaro Dias.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente.

Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à CCJ.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 19/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, Ex-Proposição 121/77 — Aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando Assistência Técnica e Financeira, para melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ. CF. e CIP., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 19/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E:**

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Convênio celebrado em 27/9/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de 1.<sup>o</sup> grau.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 121/77.

**P A R E C E R**

Acompanhado da Mensagem Governamental 56/77, de 9/3/77; é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 27/9/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de 1.<sup>o</sup> grau.

Cumprido, o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, com os Estados e com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 19/77

**P A R E C E R**

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de Convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 19/77

**P A R E C E R**

1. O presente projeto de resolução recebeu da Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável, na forma do presente projeto de resolução, por não contrariar qualquer dispositivo legal e constitucional.

2. Encaminhado à Comissão de Finanças, não encontrou qualquer óbice que se lhe anteponha no aspecto financeiro.

3. Quanto ao mérito, aspecto a ser analisado por esta Comissão de Instrução Pública, embora sentindo refugir à sua exclusiva competência, deve ser considerado favorável pela sua grande utilidade à expansão e manutenção da rede escolar de 1.<sup>o</sup> grau, pelo que opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação da matéria cuja discussão se propõe agora.

É o nosso PARECER.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Renato Bernardi, Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 59/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 48/77 — Ex-Proposição 224/77 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de MARIALVA, objetivando transferência de recursos a serem aplicados na área da

Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e CIP., por unanimidade.— **APROVADO.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 59/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de abril de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, com o Município de Marialva, objetivando a transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 224/77

**P A R E C E R**

1. Através da Mensagem Governamental 48/77, de 04 de março de 1977, é encaminhado à apreciação desta Casa, o Convênio celebrado em 19 de abril de 1976, pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Educação e da Cultura, com o Município de Marialva, objetivando a transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

2. Cumpre, o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

3. Da simples leitura do texto do tratado depreende-se que trata-se de matéria de relevante interesse público, por isso nosso parecer é pela **APROVAÇÃO**, na forma do projeto de resolução anexo.

Pela aprovação, é o nosso parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 59/77

**P A R E C E R**

O presente projeto de resolução, tem por finalidade o referendo desta Assembléia ao convênio celebrado nos termos do Art. 47, inciso IX da Constituição do Estado, entre o Governo do Estado e o Município de MARIALVA.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou favoravelmente arguindo a competência do Executivo na celebração de convênios, com o referendo desta Assembléia.

Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 59/77.

**P A R E C E R**

1. O presente projeto de resolução recebeu da Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável, na forma do presente projeto de resolução, por não contrariar qualquer dispositivo legal e constitucional.

2. Encaminhado à Comissão de Finanças, não encontrou

qualquer óbice que se lhe anteponha no plano financeiro.

3. Quanto ao mérito, aspecto a ser analisado por esta Comissão de Instrução Pública, embora refugindo à sua exclusiva competência, deve ser considerável FAVORÁVEL pela sua grande utilidade à expansão e manutenção de instrumental e equipamento no setor físico-desportivo, pelo que somos pela aprovação da matéria cuja discussão ora se propõe e que, por isso, recebe parecer FAVORÁVEL neste relatório desta Comissão.

**É o PARECER.**

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Renato Bernardi, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando a designação de representantes desta Casa, para representá-la na instalação do governo na cidade de Campo Mourão.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Retrato de Corpo Inteiro" publicado no jornal "O Estado de São Paulo". — Em discussão.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja Batista do Cajuru, pelo transcurso do 39o. aniversário de sua organização.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, desejo registrar meu voto contrário, data vênha o respeito que eu tenho ao eminente Deputado Ezequias Losso.

Mas, acredito que esta Casa não pode viver desses expedientes.

Porque se formos registrar a cada passagem de aniversário, a cada entidade, seja ela religiosa, de fundo de interesse público qualquer, não digo que se registrem datas de real importância, como bodas de prata ou 50 anos.

Mas por um simples 39o. aniversário, esta Casa fique a registrar estas datas, estamos, acredito e peço desculpas, mas perdendo totalmente a finalidade.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência registra a palavra de V. Exa. como se fora no encaminhamento de votação.

Continua em votação.

No encaminhamento de votação concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente, na propositura desse requerimento, atendeu-se à técnica legislativa, e o Deputado que o assinou usou de suas atribuições regimentais.

Obviamente, todo parlamentar com assento nesta Casa, tem a responsabilidade pelos seus atos.

Quando propõe à Casa, um pedido para a inserção de voto de congratulações ou de regozijo naturalmente, o faz, sabendo do seu significado.

Realmente, a Igreja Batista do Cajuru, ao comemorar o seu 39o. aniversário, festivamente, como o fez no dia 28, com a presença de diversas comunidades, representativas da região, proporcionou grande conagração, dentro do melhor

sentido. E por isso, nessa época, em que nós estamos vivendo, em que o materialismo está tomando conta de vários setores das atividades humanas, deve o Poder Legislativo observar fatos desta natureza, porque são relevantes para a edificação do homem.

Por isso, o nosso requerimento. — (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação, o requerimento do Sr. Deputado Ezequias Losso. — APROVADO.

A Presidência acaba de receber informação da Secretaria de Segurança Pública em resposta ao apelo formulado pelo Sr. Deputado Lúcio Machado, da tribuna.

A Presidência entrou em contato com a Secretaria de Segurança Pública, e a informação é de que até o momento, nenhuma Delegacia especializada recebeu queixas, referente à propalada violência policial cometida na tarde de ontem no Estádio Durival de Brito e Silva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do noticiário intitulado "Humildade a Serviço da Justiça", publicado no jornal "Gazeta do Povo". APROVADO (O NOTICIÁRIO ACHA-SE PUBLICADO NO FINAL DESTA ATA.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constnate do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, pedido de informações referente a tramitação do Projeto de Lei 34/77, solicita ainda, que os membros da Comissão de Constituição e Justiça onde se encontra o referido projeto de lei, sejam cientificados do presente requerimento. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

Solicitaria de V. Exa. a verificação de quorum, pois nos parece não haver número para deliberação, neste momento, na Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita ao Sr. 1o. Secretário, que após soado o som característico, faça a chamada dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

(É PROCEDIDA A CHAMADA NOMINAL DOS SRS. DEPUTADOS)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 32 Srs. Deputados.

Há quorum para deliberação.

Em votação o requerimento. — REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações ao Ministério de Previdência e Assistência Social e ao INPS pelo trabalho que vêm desenvolvendo, através do seu Programa de Assistência Psiquiátrica. — Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Ministério de Previdência Social e o Instituto de Previdência Social deste País, é a terceira maior receita da Nação.

E, por incrível que pareça, não pode existir, no mundo, em país algum, serviço tão péssimo, tão degradante como o serviço prestado por esse Instituto.

Portanto, com o mais alto respeito ao legislador, ao Deputado Paulo Camargo, homem de 4 ou 5 legislaturas, neste Poder, votarei contra o requerimento.

Antes, porém, analisarei alguns fatos em busca de contestação. Aqui, em Curitiba, centro polarizador do INPS, do Estado, é fácil verificar o péssimo serviço prestado por esse órgão nacional de Previdência Social, quando se vê, em sua sede de atendimento, pessoas contribuintes desse Instituto,

amanhecerem nas filas para conseguirem uma autorização para uma consulta médica, ou para um internamento.

Ainda, recentemente, uma Senhora precisando internar sua filha, recorreu ao médico, depois de muito sacrifício para conseguir uma autorização, o médico determinou que a criança fosse internada no Hospital Nossa Senhora de Lourdes.

E essa senhora tendo internado a filha às 10 horas da noite de sábado e deixado o hospital no dia seguinte, às 11,35, teve que pagar uma diferença — cobrada pelo hospital, de 400 cruzeiros, aproximadamente, embora o internamento houvesse sido feito pelo INPS.

São milhões de contribuintes que formam a riqueza do Ministério de Previdência Social, que foram a astronômica riqueza do Instituto Nacional, está provado, pelos fatos, e por denúncias constantes, que esse Instituto não cumpre sequer uma pequena de suas finalidades.

Injusto seria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até desonesto mesmo, os Parlamentares do Paraná, votarem, nesta Assembléia Legislativa, congratulações ao INPS.

Congratulações ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Porque este não cumpre a sua finalidade, esta não aplica a receita arrecadada em favor dos objetivos firmados em seu Regimento.

Este tem servido até de negociatas escandalosas, como houve recentemente aqui no Paraná.

A troca de um hospital por meia dúzia de lotes de terras em outro Estado.

Eu pediria aos ilustres Srs. Deputados das duas bancadas, como manifestação de respeito ao povo do Paraná e do Brasil, e principalmente como manifestação de respeito aos milhares de contribuintes do INPS, que votassem contra, como votarei no requerimento do eminente Deputado Paulo Camargo.

Muito obrigado. — ("Com revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo, autor da proposição.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O atendimento psiquiátrico feito ao povo brasileiro em que, pelas estatísticas, atinge 12 por cento daqueles que procuram os hospitais, era feito de uma forma convencional.

Em que se procurava, acima de tudo, ou primeiramente, internar o doente, deixar isolado de sua família e da sociedade.

Acarretando, com isso, uma piora numa grande percentagem deles.

Sr. Deputado Lúcio Machado, que discutiu meu requerimento, depois de lê-lo, naturalmente não entendeu o objetivo.

O objetivo é puramente técnico sob o ponto de vista psiquiátrico, pela nova tendência que está tendo o INPS em dar atendimento a mais de 300 mil doentes mentais no Brasil, neste ano.

Foi uma atitude das mais louváveis. Cientificamente, uma das mais sérias que fez o Instituto, o INPS, e o Ministério, no sentido do atendimento do psiquiatra na sua área.

Não achei e não quero discutir com o Deputado Lúcio Machado em suas assertivas. Mas, S. Exa. ao discutir meu requerimento agrediu apenas o INPS que não é este o objetivo do requerimento. Mas sim, como diz na súmula e na sua justificativa, — pelo trabalho que vem desenvolvendo através de seu atual programa de assistência psiquiátrica.

Srs. Deputados, eram esses os esclarecimentos que queria mostrar.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PAULO CAMARGO — Tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu quero que V. Exa. entenda, que dirijo também críticas ao INPS, porque por mais que possa justificar o requerimento de V. Exa., o INPS não merece, o Ministério também não merece este voto de congra-



tulações, pelos inúmeros males que tem feito aos seus associados, e o pior, associados compulsórios, obrigatórios, e porque não existe, nobre Deputado, não poderá existir em nenhum país do mundo, instituto e ministério de previdência social tão falante com o cumprimento do dever, quanto o Instituto Nacional de Previdência Social, do Brasil.

O SR. PAULO CAMARGO — Agradeço o aparte esclarecedor de V. Exa. mas, estamos falando de alhos, e V. Exa. fala de bugalhos!

Eu, continuo insistindo em que se dê este voto de congratulações a esta equipe, principalmente, de psiquiatras, comandada pelo Ministério da Previdência Social, que possibilitou o atual programa de assistência psiquiátrica ao povo brasileiro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Paulo Camargo. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro votará contra o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento. — APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, eu não havia entendido o que V. Exa. anunciara a respeito da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre o posicionamento do Poder Executivo com referência a títulos de domínio pleno. — REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, com referência a títulos de domínio pleno, expedidos pelo Governo do Estado, através do DGTC. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento do eminente Deputado Valter Pietrângelo diz das razões pelas quais o titular do Registro de Imóveis, precisamente do Cartório de Ofício de Imóveis da Comarca de Loanda, deixou de receber, para registro, determinado documento.

Nós entendemos que não cabe à Assembléia configurar as razões pelas quais, sendo de outro Poder, deixasse de atender — se é que deixou — alguma determinação legal.

Não cabe à Assembléia, deliberar sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Quer me parecer que o Deputado Luiz Roberto Soares invalida competência deste Poder, para arguir junto ao Chefe do Poder Executivo, sobre matéria relacionada com um serventário subordinado ao Poder Judiciário. Enquanto a Presidência...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não obstante entendamos que não era de se ter recebido o requerimento, concordamos que ele vá à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado autor da proposição.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, inicialmente, agradeço o interesse da bancada da ARENA por essa nossa matéria, manifestado através da participação sempre honrosa do Líder, Dr. Luiz Roberto Soares.

Mas, Sr. Presidente, os 3 requerimentos falam de

problemas fundiários. Um deles, lamentavelmente, já rejeitado e eu creio, Sr. Presidente, que só há uma explicação: — A falta de sensibilidade de meus colegas da ARENA para sentir o problema que envolve tantas famílias do nosso interior. É preciso, Sr. Presidente, ter convivido no interior, comer um bocadinho de poeira, ouvir e sentir a amargura de muitos trabalhadores, para se despir da atribuição de referendadores de S. Exa., o Sr. Governador do Paraná e votar favorável a este tipo de matéria.

Sr. Presidente, esta matéria que vai entrar em votação, ela envolve de forma ampla também, o Governo do Estado do Paraná. É por isso que nós nos dirigimos ao Sr. Governador.

Ora, a matéria caminha pelos tribunais. Anos afora, Sr. Presidente e, enquanto isso, os agricultores permanecem sem a escritura definitiva para procederem seus financiamentos; para, enfim, se tranquilizarem e se concentrarem na tarefa produtiva. E eis, Sr. Presidente, que nesta matéria nós denunciemos o problema que envolve a Fazenda Cubatão que teve seu registro público recusado e as justificativas que se apresentam, Sr. Presidente, não têm razão de ser. Na realidade, o que, realmente, existe, Sr. Presidente, a impedir o registro dessa escritura ou dessas escrituras, perfazendo essa área de 800 alqueires, deva ser e, por isso, nós necessitamos dos esclarecimentos do Governo do Paraná, está aqui, Sr. Presidente, no segundo parágrafo da folha número 02, onde nós escrevemos de 1968 em diante, para agravamento da situação, diversas famílias radicaram-se na Fazenda Cubatão portando títulos de domínio pleno expedidos pelo Governo do Estado do Paraná, Sr. Presidente. E nós já examinamos a documentação que traz o Sr. Heitor Nóbili e outros proprietários da Fazenda Cubatão.

Ora, Sr. Presidente, se o Sr. Heitor possui uma escritura definitiva e nós temos fatos que poderemos citar a esta Casa, que particularmente nos fazem entender, sr o Sr. Heitor Nóbili e outros, os proprietários legítimos desta gleba.

E aqui, Sr. Presidente, na mesma gleba, famílias exibem títulos de domínio pleno expedidos pelo Governo do Estado do Paraná, não obstante, não estejam eles devidamente registrados e reconhecidos pelo Tribunal de Contas deste Estado.

Esta, Sr. Presidente, é a razão tão somente, que nos motivou indagar de S. Exa. o Governador do Paraná, o seu posicionamento sobre esta matéria, já que existem documentos firmados, não pelo Sr. Jayme Canet mas, por outro Governador, não sei se o anterior ou os demais, concedendo esta área para diversas famílias.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — REJEITADO o requerimento.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas, Sr. Presidente, para ter conhecimento e ficar doravante, ciente e preparado para questões desta natureza.

A Mesa, tendo sido levantada uma questão de ordem pelo eminente Líder da ARENA, não deu acolhimento ao requerimento do eminente Deputado Valter Pietrângelo, por entender que faltava competência a este Poder para buscar informações na área do Poder Executivo.

Todavia, o líder da ARENA, apelou a V. Exa. para que viesse a Plenário e fosse o requerimento à deliberação, V. Exa. assim procedeu. Portanto, firma-se nesta Casa uma jurisprudência; tendo a Mesa, aceito qualquer proposta por falta de competência deste Poder, a Liderança de qualquer Partido, assim solicitando, voltará a Plenário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência justifica o seu procedimento.

Inicialmente, afirma que na ausência do titular na sessão de sexta-feira, o Sr. Deputado que presidiu a sessão, recebeu o requerimento. Em segundo lugar, a questão de ordem levantada

pelo Líder da ARENA estava em vias de ser julgada pela Presidência, quando o próprio Deputado que em questão de ordem argüia incompetência para votar a referida matéria, retirava a questão de ordem. E solicitava a audiência do Plenário. A Presidência portanto, consultou o Plenário e viu a matéria rejeitada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre demanda havida entre o Poder Executivo do Estado e a denominada Gleba Rocha Loures, encravada no município de São Pedro do Paraná. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Três requerimentos de autoria do nobre Deputado Valter Pietrângelo, pretendem levantar problemas fundiários ocorridos no Paraná, que de resto é uma constante na História Paranaense, desde os tempos em que o extinto Departamento de Terras expedida títulos nem sempre ou quase nunca estribados em dispositivos legais.

A propósito do requerimento anterior, rejeitado por nosso Partido e que diz respeito à Gleba denominada Rocha Loures, são as seguintes as informações que poderíamos prestar a este Plenário:

“A 7 de dezembro de 1959, o Sr. João Alves da Rocha Loures recebeu do Estado do Paraná o títulos de domínio número 192 que lhe atribuíra uma área de terras com 96.800.000,00 metros quadrados, anexa ao Porto São José, localizada na Colônia Paranaíba.

Após vencer uma demanda judicial que tinha por objeto as referidas terras, tentou despejar os inúmeros colonos que muito antes da expedição do título ao Sr. João Alves da Rocha Loures já ocupavam esse imóvel.

Diante da iminência de uma conflagração social de consequências imprevisíveis, o então Governo do Estado do Paraná, em data de 28 de agosto de 1964, resolveu declarar as referidas terras de utilidade pública e de interesse social, promovendo em seguida a competente ação de desapropriação da Comarca de Loanda.

Na primeira instância o Dr. Juiz de Direito, ao julgar a ação fixou, com apoio principalmente no laudo do seu perito, fixou a indenização de Cr\$ 400.000,00, ou sejam, Cr\$ 100,00 o alqueire.

Interposto o recurso de apelação ao Tribunal de Justiça, a egrégia Terceira Câmara Cível houve por bem confirmar a decisão recorrida, contra o voto do Desembargador Artur Heráclio Gomes Filho.

O expropriado interpôs embargos infringentes às Câmaras Cíveis reunidas, que por maioria de votos confirmou o acórdão da Terceira Câmara Cível, e, conseqüentemente a sentença recorrida.

Dessa última decisão foi interposto recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal que por unanimidade de votos mandou renovar a avaliação, já que a indenização não teria sido contemporânea da avaliação então realizada no processo expropriatório.

Funcionou como advogado do Estado o Dr. Eros Santos Carrilho, que acompanhou o processo até a sua subida ao Supremo Tribunal Federal. No Pretório excelso a defesa dos interesses do Estado coube a outro profissional.

Após a decisão do Supremo os autos baixaram à Comarca

de Loanda para cumprimento do acórdão, isto é, fazer nova avaliação das terras. Atualmente o processo se acha com audiência marcada para instalação da perícia.

O Estado sustentou no processo de desapropriação as seguintes teses:

“a) — Que a desapropriação não pode ser um veículo de enriquecimento ilícito do expropriado.

b) — Que o título de João da Rocha Loures fora expedido em frontal contradição com o que determinava a Lei Estadual número 21/56.

c) — Que João Alves da Rocha Loures jamais exerceu posse das terras objeto da desapropriação.

d) — Que os ocupantes das terras são possuidores de boa fé, em razão do que têm direito às benfeitorias realizadas sobre o imóvel.

e) — Que os direitos desses possuidores foram ressaltados pela referida Lei número 21/56 que autorizou o Governo do Estado a expedir o título de domínio a João Alves da Rocha Loures.

f) — Que assim não deveria integrar a indenização:

I — o valor das benfeitorias existentes sobre o imóvel; II — os frutos percebidos; III — lucros incessantes; IV) — a valorização das terras, resultantes do seu aproveitamento econômico para o qual João Alves da Rocha Loures em nada contribuiu.

O Supremo Tribunal Federal reconheceu que os possuidores são de boa fé, portanto, as benfeitorias lhes pertencem, não podendo integrar a indenização.

No entanto, como o laudo do perito do Juiz, no qual a sentença teria se baseado, mencionou transações realizadas três anos antes da avaliação, o Supremo entendeu que a indenização não seria contemporânea da avaliação, que motivou a sua decisão”.

Em conclusão, o Estado do Paraná prosseguindo na ação, nada mais pretende do que preservar os legítimos direitos dos posseiros de boa fé.

Seria mais cômodo ao Estado do Paraná que abdicasse dessa ação e o que se diz proprietário João da Rocha Loures, viesse a demandar com os posseiros. O que, por certo, seria uma solução adequada aos posseiros.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e autor do requerimento, o Estado do Paraná prosseguirá nessa demanda até a final decisão, porque entende que assim fazendo, estará evitando uma possível conflagração na região. E mais, estará preservando seus direitos e os direitos dos posseiros de boa fé, como reconhece.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a benevolência do eminente Líder da ARENA, e mais a rapidez e a boa vontade com que nos atendeu...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar que o Deputado Luiz Roberto Soares está usando da palavra para encaminhamento de votação, portanto, não pode conceder aparte.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O nosso Partido resolveu votar contra esse requerimento, porque não pretendia, com isso, obstar qualquer informação. Mas, tão somente, porque traz à colação nominalmente citada, posição no mínimo questionável, de um cidadão paranaense, e nós consideraremos que o envolvimento seria penoso para todos.

Mas, esta a razão fundamental, pela qual deixamos de votar o seu requerimento e as informações que aqui trazemos e que, me parecem, são bastante suficientes para clarificar a posição. Como também pretendo votar contra o requerimento que questiona a posição da fazenda denominada “Apertados” e que traz em seu bojo, lamentavelmente, um erro que justificaria a sua rejeição.

Na realidade, a sentença transitada em julgado, pelo Tribu-

nal Federal de Recursos, teve decretada a sua posição por sentença subsequente.

E, a propósito, a Procuradoria Geral do Estado, através de uma nota oficial, já deu a posição oficial do Governo do Estado, com referência a essa fazenda "Apertados", que hoje já está nos 57 volumes, ação que tramita em nosso Fórum.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, apenas para justificar também o meu voto juntamente com a bancada da ARENA, para não dizerem que nós poderíamos estar contra aqueles lavradores daquela região. Inclusive, fazendo nossas aqui, as palavras do ilustre Líder, Deputado Luiz Roberto, que são exatamente as informações que temos e que já há algum tempo, não é de agora, o movimento sindical e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura vêm lutando para o apressamento desta ação.

E o que pudemos constatar, principalmente pelas informações, pelos contatos que estamos tendo com a Fundação de Terras e Colonização do Estado do Paraná é que, se dependesse do Estado, o problema já estaria resolvido.

Mas o problema hoje está bastante complexo e nós esperamos, inclusive, que realmente se venha dar uma solução para aqueles trabalhadores rurais ou aqueles proprietários daquela área. Só para que o Deputado Valter Pietrângelo tenha a certeza não pense que nós estaríamos votando contra os trabalhadores. Mas apenas para justificar que já há muito tempo estamos trabalhando neste processo e que estamos também tão ansiosos quanto os trabalhadores, para a solução dos mesmos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Com a palavra, no encaminhamento da votação, ao Deputado, autor da Proposição, Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, eu queria antes indagar a V. Exa. qual é dos requerimentos que está em encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Vou ler o caput: (Lê... em relação à Fazenda Apertados).

Este que está em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Eu lamento que o eminente Deputado Luiz Roberto Soares tenha se referido a este requerimento após a votação. Diante das informações recebidas, nós iríamos, evidentemente, tentar retirá-lo da matéria vez que ela tornou-se completamente inútil em razão das informações prestadas da tribuna pelo nobre líder da bancada da ARENA.

Mas, Sr. Presidente, referindo-se à Gleba Rocha Loures, nós observamos ali, aliás de antemão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu pretendo esclarecer que o que me motiva a tratar deste assunto é, evidentemente, ir de encontro do interesse da comunidade, do interesse social.

Pois há alguns dias estivemos no município de São Pedro do Paraná e verdadeiro tumulto tomava conta de mais de 800 famílias que se dizem e que pensam serem as proprietárias, desta área de quase cinco mil alqueires, me parece, da Gleba Rocha Loures.

O tumulto se originou exatamente por uma decisão do juiz da Comarca a que pertence São Pedro do Paraná, Comarca de Loanda, havia determinado uma nova avaliação daquelas terras. E nós dialogamos, inclusive, com o avaliador. Alguns proprietários já estão de posse de suas escrituras. A maioria não as possui, Srs. Deputados.

E, por esta razão, o problema social prossegue, lamenta-

velmente, em detrimento à tranquilidade e ao bolso daqueles trabalhadores e da Nação. Prossegue exatamente por isto, Sr. Presidente, o Estado teima em alimentar uma briga judicial, exatamente porque não manifestou realmente interesse para poder solucionar de vez, o caso. Tanto é, que o Estado perdeu, nos tribunais.

A nossa matéria visa exatamente acordar o Governo do Paraná para os problemas, porque enquanto o Estado toma caminhos injustos e caminhos até imorais para tentar solucionar tantos casos, como reconheceu Sua Excelência, os prejudicados são os trabalhadores, são os posseiros, são os colonos, enfim, que estão lá portando um documento no qual já não mais confiam, ou, mesmo sem documento, mas imaginando residir em suas propriedades conquistadas a que esforço, a que sacrifício, e continuando o Poder Público, a sustentar uma briga imbecil, que poderia ser resolvida na diplomacia, na boa vontade administrativa de quem está no poder e deve, evidentemente, propor as desapropriações, as concessões, os entendimentos, mas, dentro de um critério de justiça, de um critério de decência.

Sr. Presidente, com referência à Gleba Apertados, está configurado a participação duvidosa, sinuosa do Estado do Paraná.

Ora! Neste episódio todo, Sua Excelência o Governador Jayme Canet ainda não participou. Foram atos criminosos, Sr. Presidente, de administrações...

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, já não estou entendendo mais. Pensava até em pedir, depois, para encaminhar a votação, mas estamos discutindo aqui, e encaminhando, u'a matéria vencida, que já foi votada.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Estou falando sobre a Gleba Apertados, Sr. Presidente.

Eu digo atos criminosos, em sentido político, Sr. Presidente, emissão de títulos e etc., ocorridas em gestões administrativas já foram vencidas há muito tempo.

Sr. Presidente, concluo, renovando o meu agradecimento às informações prestadas pelo Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, que lamento não haverem sido demonstradas com antecedência, para que retirássemos o requerimento.

Outrossim, lamento profundamente a rejeição dos outros dois requerimentos, porque evidentemente haveria Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, com esta matéria em seu gabinete, de se pronunciar amplamente sobre o assunto, e quem sabe, Sr. Presidente, interessado em milhares de famílias, haveria de acelerar uma solução definitiva para um problema que realmente está a prejudicar tantas famílias!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — REJEITADO.

A Presidência solicita dos Excelentíssimos Srs. Deputados que, no futuro, quando da apresentação de Pedidos de Informações destaquem, por favor, quais as informações requeridas, se possível, destacando-as do corpo da justificativa. A solicitação tem procedência, procurando objetivar a feitura e expediente destes, para o poder argüido.

Verifica a Presidência que estaria em dificuldades em destacar quais as informações requeridas pelo Sr. Deputado se as proposições tivessem merecido aprovação do Plenário.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente. Há mais de 2 meses solicitamos da Mesa que verificasse a respeito de 2 pedidos de informações aprovados por esta Casa, um no que diz respeito a informações requeridas ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e outro ao Departamento de Trânsito, a respeito de exames psicotécnicos.

Fazem cerca de 2 meses, Sr. Presidente, e não obtivemos

ainda as respostas. Razão pela qual, pela segunda vez, solicito à Mesa que tome providências a respeito das respostas que deverão estar na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência solicita esclarecimento: — Um, ao IPARDES e o outro ao DETRAN. Ambos da lavra de V. Exa., Sr. Deputado?

O SR. ADALBERTO DAROS — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência promete a V. Exa. que na próxima sessão informará a data de expedição dos respectivos requerimentos e se houve da parte do Executivo, resposta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 19/77 e 59/77.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais da casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, na sessão do dia 30 de maio de 1977.

#### "A HUMILDADE A SERVIÇO DA JUSTIÇA

Em cerimônia realizada terça-feira passada, tomou posse como Juiz do Tribunal de Alçada o Paraná, o eminente magistrado Clementino Schiavon Puppi, que já vinha exercendo o cargo, como substituto de segunda instância.

Ao ato compareceram as mais altas autoridades judiciárias do Estado, advogados, membros do Ministério Público, funcionários da Justiça e pessoas as mais gradas. O empossado foi saudado pelo advogado Dalio Zippim, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Juiz José Lemos Filho, em nome do Tribunal de Alçada e pelo desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, em nome do Poder Judiciário.

Não é fácil escrever sobre Schiavon Puppi, porque muitas são as suas qualidades, quer de cidadão e de chefe de família, como de magistrado. Assim, não se sabe o que mais destacar em conjunto tão harmônico de virtudes.

#### OPINIÃO DO PRESIDENTE

Preferimos, então, ouvir a opinião de um colega do novel Juiz de Alçada, justamente o Presidente de tal Corte, dr. Luiz Renato Pedroso, que é também o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, e assim se manifestou:

"De há muito, Schiavon Puppi estava integrado ao Tribunal de Alçada, exercendo sua judicatura como Juiz Substituto, só lhe faltando a chancela governamental, agora concretizada.

Trata-se de antigo magistrado, que iniciou sua carreira como Juiz de Direito Substituto em Londrina, nos idos de 1953, vencendo todos os degraus da magistratura, até atingir a Comarca de Curitiba, em 1967, tendo passado por Santo Antônio do Sudoeste, Jandaia do Sul, Clevelândia, Prudentópolis e Ponta Grossa.

O que marca a sua personalidade é a simplicidade de seus atos e, notadamente, a humildade de conduta, que o fazem um dos juízes mais admirados e respeitados no conjunto da magistratura.

Quem priva de sua companhia, sente o encantamento de seus atos simples e humanos, podendo se afirmar que, em Clementino Puppi a simplicidade, a cultura e a humildade estão a serviço da verdadeira Justiça.

A par dos seus reconhecidos dotes jurídicos, vislumbra-se uma cultura humanística acentuada, um cuidado todo especial com o vernáculo e profundos conhecimentos de literatura, haja visto a experiência desenvolvida em ramos literários, com a publicação da novela "Juliana" e da peça teatral "A janela de Nais".

#### VERDADEIRA JUSTIÇA

Vejo, assim — enfatizou Renato Pedroso — a ascensão definitiva de tão dileto colega ao meu Tribunal, não só como ato de verdadeira justiça à quem vem dedicando longos anos ao estudo do Direito, a própria Justiça como também uma extraordinária conquista à este Areópago que, dia a dia, vem se afirmando no cenário jurídico nacional.

Homenageio, em seu nome e no de todos meus pares, o eminente Juiz Schiavon Puppi merecedor que é de todo nosso apreço e admiração".